



## Da curandeira à cientista: um lugar para o feminino na contemporaneidade

To the healer to the scientist: a place for the feminine in contemporary times

*Lyandra de Mattos*<sup>1</sup>  
*Talita Baldin*<sup>2</sup>

### RESUMO

O estudo contextualiza o olhar oferecido à mulher na sociedade como efeito de um certo viés religioso, científico e social. Partindo desta premissa, elaborou-se uma reflexão sobre como a ciência perpetua este *status quo* e reforça a impossibilidade das mulheres terem acesso à palavra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência. Silenciamento Feminino. Sistema Patriarcal. Psicanálise.

### ABSTRACT

The study contextualizes the offered look to women in society as an effect of a certain religious, scientific and social perspective. Based on this premise, a reflection was made about how science perpetuates this *status quo* and reinforces the impossibility of women having access to the word.

**KEYWORDS:** Science. Female Silencing. Patriarchal System. Psychoanalysis.

\* \* \*

### Introdução

A figura da mulher e a história do feminino ao longo da civilização despertam interesse de inúmeras áreas do conhecimento, sobretudo porque, enquanto mulheres, nos perguntamos sobre a luta e a resistência que se encontram por trás do que nos chega hoje como conquistas femininas. Constatamos que o feminino passou por períodos sombrios de desconhecimento, por parte da própria mulher, sem poder compreender o

---

<sup>1</sup> Graduação em Psicologia pela Faculdade Maria Thereza, Niterói-RJ, Brasil. E-mail: [lyandramattos@hotmail.com](mailto:lyandramattos@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, RJ; Psicanalista, Membro do Coletivo Entrelinhas da Psicanálise, docente pós-graduação e de graduação no departamento de Psicologia da Faculdade Maria Thereza, em Niterói-RJ, Brasil. E-mail: [talita.baldin@mariathereza.com.br](mailto:talita.baldin@mariathereza.com.br)

seu poder ou por ser privada dele, limitada pela lógica das sociedades patriarcais.

Tomando esta perspectiva, a investigação aborda os processos que contribuíram para que as mulheres ocupassem lugares de desigualdade e como a sociedade e suas crenças perpetuam a impossibilidade de participação social da mulher em termos de opressão ao corpo e à figura feminina. Fruto do trabalho de conclusão de curso em Psicologia da primeira autora e orientada pela segunda autora, a pesquisa apresenta um percurso histórico, desde a Idade Média, quando mulheres eram detentoras do saber, trabalhavam livremente e tinham conhecimento sobre a cura provinda da terra, momento em que surgiu a terminologia “bruxa”; até a emergência da ciência enquanto saber hegemônico que em nada se mostrou neutro e objetivo, embora pregue esse ideal. Por fim, enfocamos o saber constituído a partir do olhar psicanalítico que, embora ascendida por um homem, Sigmund Freud, foi pioneira ao abrir espaço para aquelas que até então não haviam sido ouvidas.

Com o estudo esperamos fomentar o debate e favorecer maior compreensão acerca de alguns dos papéis exercidos pelas mulheres ao longo dos séculos e que continuam a se perpetuar no século XXI.

## **1 Quem eram as bruxas?**

Minhas vestes é mulamba

E as feiticeiras, são as mesmas que hoje chamam P.U.T.A

(Amanda pacífico e Cacau Sá, Mulamba)

A representatividade das mulheres foi incompreendida ao longo dos tempos. Tiveram sua humanidade, direitos e liberdade, o que permanece na contemporaneidade, mesmo variando de acordo com cada cultura. De modo a percorrer os caminhos que nos levam a esta afirmação, começaremos abordando a terminologia "bruxa", que resultou em incontáveis mulheres caçadas e mortas de forma cruel, julgadas, torturadas até não aguentarem e confessarem o que não haviam cometido, como forma de parar a dor que sofriam (GEVEHR; SOUZA, 2014). Acreditava-se que elas renegavam a

Deus, o que não era questionado pela sociedade (GEVEHR; SOUZA, 2014). Assim, as "bruxas" foram reprimidas e perseguidas por buscarem conhecimentos que a Igreja e o regime do patriarcado não queriam que obtivessem, ou por apresentarem comportamentos que não correspondiam aos esperados pela sociedade da época, sobre como uma mulher deveria ser, parecer e agir.

A fim de esclarecer este cenário, vale ressaltar que o patriarcado se baseia na cultura de que o homem tem todo o poder e privilégio. Apresenta-se como um modelo político que causa opressão às mulheres e aos seus direitos. Logo, uma família patriarcal tem o homem como figura central e de controle sobre os seus outros membros (NARVAZ; KOLLER, 2006). Seguindo por esse viés, a Igreja e suas ideias religiosas buscavam parar o avanço intelectual feminino, pois esse regime machista, que abordaremos logo mais abaixo, poderia estar ameaçado. Sendo assim, diversas mulheres foram queimadas, enforcadas e afogadas (ANGELIN, 2016).

Um dos principais motivos para a perseguição por parte da Igreja foram justamente as disputas de poder e o início da desconfiança do povo acerca do sistema religioso. Aqueles que se opuseram a tal regime foram chamados de hereges. Durante esse período, entre os séculos XI e XIII, também tivemos a ascensão da Inquisição, um sistema dentro da Igreja Católica que julgou atos de heresia, bruxaria e o que mais fosse contrário às suas ideologias. Esse período, conhecido como Idade das Trevas, estendeu-se até o século XVI na Europa, e constituiu-se um momento em que qualquer pessoa que praticasse atos reconhecidos como não cristãos eram considerados hereges e suas penas julgadas de acordo com os seus "pecados". Os inquisidores consideravam que essas pessoas compactuavam com o demônio, sendo a maioria, mulheres. Foi um período da História de caça à figura feminina (GEVEHR; SOUZA, 2014).

Como consequência, as mulheres foram impedidas de estudar, mesmo antes sendo detentoras de saber. Na época, a Igreja acreditava que a mulher era inferior ao homem e a sua própria natureza fazia com que fossem consideradas bruxas, principalmente no que dizia respeito aos comportamentos de tendências sexuais (GEVEHR; SOUZA, 2014).

Dentre as principais motivações para o estabelecimento de um pensamento de horror às bruxas estavam questões sociais e o medo de que toda e qualquer mulher pudesse ter algum saber, fosse ele conhecido ou desconhecido. O poder foi então uma resposta às fragilidades vivenciadas pela Igreja e pelo Estado, que estavam fragilizados diante todo o caos que acontecia na época, como a Peste Bubônica, a crise no feudalismo, e o surgimento do capitalismo e da ciência moderna. Essas regras reduziam a figura da mulher a um papel submisso e retiravam delas o controle sobre seus corpos e reprodução (GEVEHR; SOUZA, 2014).

Durante a Caça às Bruxas, houve a criminalização da mulher, principalmente as que tinham um saber não reconhecido e apoiado pela Igreja ou Estado. O cristianismo observava a mulher como ser inferior desde Eva e Adão, já que pela História contada na *Bíblia*, Eva teria sido criada pelas costelas de Adão, justificando ideais religiosos de uma mulher submissa que, ao ceder à tentação do diabo, se torna responsável pela perdição do sexo masculino (GEVEHR; SOUZA, 2014).

Além disso, os religiosos acreditavam que elas tinham poder sobre os homens em relação aos seus desejos carnis. Logo, buscavam dar ao feminino um papel biológico, onde os conhecimentos das mulheres sobre o próprio corpo eram considerados impróprios. Esses eram regulados e modificados para o condicionamento da mulher ao ambiente familiar (GEVEHR; SOUZA, 2014).

Até meados do século XIV as mulheres camponesas tinham acesso às terras e seus recursos, eram independentes, mas com a privatização nascida com capitalismo, foram perdendo espaço e aos poucos, a liberdade. Os homens ficaram responsáveis de forma autoritária pelo trabalho e as mulheres não tinham mais controle sobre si ou direitos de escolha. Caso se opusessem, seriam mortas. Mas, como toda caçada, a submissão só poderia surtir efeito propagando uma onda de terror que se alastrava pela sociedade e excluía a singularidade das que fossem expostas (FEDERICI, 2004).

Porque mais próxima da natureza e mais bem informada de seus segredos, a mulher sempre foi creditada, nas civilizações tradicionais, do poder de não

só profetizar, mas também de curar ou de prejudicar por meio de misteriosas receitas (DELUMEAU, 1989, p. 311).

Entretanto, a bruxaria e os rituais não eram atos demoníacos ou encantamentos, mas uma forma das praticantes obterem conhecimentos e continuarem repassando-os entre as gerações, como uma tradição. Também resgatavam seus valores femininos e conectavam-se umas às outras (FEDERICI, 2004).

No livro *O calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva*, Silvia Federici (2004) aborda também a situação das parteiras daquela época, que com o surgimento de uma medicina voltada aos homens, tiveram uma função mais do que secundária no papel da procriação e “com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada” (FEDERICI, 2004, p. 191). Essa visão tem como crença a inferioridade das mulheres, que foram associadas a desvios morais e influências demoníacas.

Para não causarem mal à sociedade, as bruxas precisavam ser controladas e assim criou-se uma ideia de horror à bruxaria como forma de conter o avanço feminino e os seus saberes sobre o corpo e a cura, os quais haviam sido passados de uma geração a outra através dos séculos. Afinal, desde os tempos mais antigos as curandeiras eram solicitadas pelas classes baixas da população e prestavam a assistência médica aos enfermos que não tinham condições financeiras de pagar pelos serviços médicos da época (EHRENREICH; ENGLISH, 1984).

As bruxas dispunham de analgésicos, digestivos e tranquilizantes. Empregavam esporão-do-centeio (ergotina) contra as dores do parto, em uma época em que a Igreja considerava-as um castigo de Deus ao pecado original de Eva. Os principais preparos que se usam atualmente para acelerar as contrações e prevenir hemorragia depois do parto são derivados do esporão-do-centeio. As bruxas e curandeiras usavam a beladona (ainda utilizada como antiespasmódico na atualidade) para inibir as contrações uterinas quando existiam riscos de aborto espontâneo. Existem indícios de que a digitalina (um fármaco muito importante no tratamento de doenças

cardíacas) foi descoberto por uma bruxa inglesa (EHRENREICH; ENGLISH, 1984, p. 21-2).

Esses valores eram a inteligência, a liberdade, o saber que possuíam, assim como o autoconhecimento e as suas percepções de mundo. As curandeiras eram mulheres que dominavam um tratamento vindo de recursos que a natureza provia, respeitadas e requisitadas pelos que não tinham prestígio ou condições para o cuidado (NASCIMENTO, 2018) e, segundo Federici (2004), a caça às bruxas foi só o início de uma lógica social na qual as mulheres serviriam aos homens.

## **1.2 Um (novo ?) lugar para a mulher no contexto do capital**

Uma mudança social, entretanto, começou a se fazer presente com o questionamento do regime feudal e a ascensão do modo capitalista de vida. Nas palavras de Silvia Federici (2004, p. 187),

Esta mudança começou no final do século XVII, depois de as mulheres terem sido submetidas a mais de dois séculos de terrorismo de Estado. Uma vez que as mulheres foram derrotadas, a imagem da feminilidade construída na “transição” foi descartada como uma ferramenta desnecessária e uma nova, domesticada, ocupou seu lugar .

De forma geral, com a privatização das terras, houve a privatização dos corpos. Para as mulheres sobrava o trabalho do lar, sem remuneração e voltado para agradar aos seus maridos. Houve um movimento de desvalorização do feminino e domínio do corpo como interesse do Estado. Essa privatização relacionava-se com a transição do feudalismo para o capitalismo, pois, nessa época, as mulheres precisavam produzir mais crianças para trabalharem na nova ordem econômica que se instaurava ao mesmo tempo em que eram impedidas de conquistar seu trabalho e salário. Desse modo, percebe-se o quanto o sistema capitalista-patriarcal necessita reprimir as mulheres para regularizar-se, sendo que a partir desse período

houve o surgimento da mulher que só teria seu papel como esposa, dona de casa e mãe (FEDERICI, 2004). Ou seja, a consolidação de uma visão sobre a mulher passiva, oprimida, obediente, privada de voz, liberdade e conhecimento.

Temos então a diferença entre a mulher do lar e a bruxa. Se antes a força feminina era fundamental para a sobrevivência da cultura em que viviam e a cura vinha da terra e dos saberes dos antepassados; após todo esse processo de caça às bruxas, elas viviam sozinhas, eram consideradas indignas ao casamento, com aparência desagradável e horror à maternidade, algumas até acusadas de sacrificar crianças. O conhecimento e poder de criação que tinham poderiam levá-las ao campo científico, um lugar restrito pelos ideais religiosos. Havia urgência em impedir esse avanço (NASCIMENTO, 2018). De forma social, política, cultural, econômica e histórica, a intolerância foi o declínio das práticas femininas e um modo de calar suas vozes (FEDERICI, 2004).

O poder sobre seus corpos agora era do seu cônjuge. Acrescentando-se que cuidavam das crianças e eram ensinadas que para serem boas mulheres, teriam que ser boas esposas e boas mães, do contrário, não possuiriam honra e não seriam dignas. Com isso, muitas almejavam o casamento e a fertilidade, mesmo que inconscientemente (BORIS; CESÍDIO, 2007).

A exploração sexual já se iniciava dentro dos lares, onde o corpo da mulher era visto como forma de reprodução e de controle dos homens. Assim, a violência ao gênero feminino ganhava força dentro das casas, aprisionadas ao trabalho doméstico e aos desejos e abusos masculinos (BORIS; CESÍDIO, 2007).

## **2 O papel das mulheres no avanço da ciência**

Para entender como uma sociedade se estrutura e o papel de cada sujeito dentro dela é preciso atentar para o modo como as verdades são construídas. Como produção do saber temos os mitos, a religião e a ciência. Cada uma dessas formas de conhecimentos persiste até os tempos atuais em

alguma medida e, deles, apenas a ciência é raramente contestada (MINAYO, 2002).

Por exemplo, na Antiguidade, os mitos eram verdades irrefutáveis e mostravam o modo de viver dos povos e como funcionava a sua cultura. Os mitos podem ser interpretados de acordo com a natureza do Universo, por questões estruturais ou culturais da humanidade, e podem ser expressões psicológicas que o sujeito interpreta diante sua própria percepção. São formas de explicar as tradições de determinada sociedade e a sua realidade (MELLO, 1991; MINAYO, 2002).

Os mitos exercem fascínio justamente por representarem as questões estruturais da humanidade. (...) Constituem-se como pontes que permitem um ir e vir, uma relação dialética do consciente com o inconsciente coletivo, bem como da manifestação dos processos que neles revivem e atuam sua força (MELLO, 1991, p. 14).

Já, ao relacionar o saber religioso com o científico, encontra-se um conflito. A religião pode ser vista como uma orientação e refúgio ao indivíduo sobre a criação do Universo, a sua própria origem e as questões que o afligem, sendo que todas as culturas possuem práticas religiosas, porém nem todas as pessoas são adeptas delas. A crença religiosa pode ser interpretada por seus seguidores como um meio de descobrir suas origens, proporcionando um sentido à vida (HENTZ, 2013). Conforme Gleiser (2012, p. 19),

A necessidade de entendermos nossa origem e a origem de todo o Universo, ou seja, o problema da Criação, é inerente ao ser humano, transpondo barreiras temporais e geográficas. Ela estava presente há milênios, quando nos abrigávamos em cavernas durante tempestades, e ela está presente agora, quando encontramos tempo para refletir sobre nossa existência.

Avançando um pouco mais, com o início da ciência, considerada por muitos a definição da realidade e do que ela representa, temos uma nova concepção do saber (MINAYO, 2002). Maria Cecília Minayo (2002) faz uma

crítica sobre o poder do saber científico, que pretende-se tudo responder e constituir-se um saber totalitário, mas que em termos de “problemas essenciais, como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas” (p. 10). A autora também traz uma reflexão sobre a ciência ser considerada por muitos críticos como um novo mito, dada sua pretensão de ser a única promotora da verdade.

Existe também uma formação estrutural do conhecimento através da ciência junto ao senso comum. Como já citado anteriormente, durante a Idade Média, entre os séculos V e XV, a religião tinha domínio sobre a produção da verdade, mediante as suas ideologias. O saber científico surge apenas no século XVII, buscando levantar teorias por meio da observação. Luz (2019, p. 73) cita que “para a racionalidade moderna, a partir do século XVIII, só há uma grande certeza, um dogma: o da ciência como caminho único para a obtenção da verdade. Portanto, para o processo de sua produção”. Por isso, a relação entre a ciência e o senso comum é de rompimento. A ciência interpreta o senso comum como ilusório, partindo da premissa de ser uma opinião formada pela sociedade e que suas crenças são contrárias à racionalidade.

No que dizia respeito à ciência e sua relação com o patriarcado, a presença dominante é de uma visão machista que impede que mulheres possam ter conhecimento ou progredir no campo científico, fazendo com que sejam perseguidas (FEDERICI, 2004). Ignorando, ou criminalizando, completamente o saber feminino das bruxas, curandeiras e parteiras, o poder médico definiu os papéis sociais e sexuais para homens e mulheres, sendo que a medicina comprovava funções de ambos os sexos relacionados a fatores biológicos, colocando as mulheres como seres mais fracos e limitados, principalmente por sangrarem e engravidarem.

Visto de um olhar patriarcal, nenhuma mulher poderia ser detentora de tanto saber ou poder social e muitas morreram se opondo ao lugar de autoridade em que os homens se colocavam ou apenas buscando sua liberdade e seus direitos. Mesmo com a queda do poder divino supremo, o avançar da ciência só permitiu que se construísse “uma nova ordem

patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens” (FEDERICI, 2004, p. 191).

Como resultado, por mais que a ciência tenha sido fundamental para quebrar o domínio do saber cristão, apenas homens faziam parte dessa construção e somente eles tinham sua visão legitimada. Lourdes Bandeira (2008) pontua que na história da humanidade, as mulheres estiveram ausentes das discursividades filosóficas, históricas, científicas e culturais e foram poucas as que conseguiram ganhar reconhecimento.

Ora, mas se a objetividade, neste caso, está associada ao masculino e a subjetividade ao feminino, confirma-se, mais uma vez, a exclusão das mulheres no fazer científico pelas atribuições que lhes são dadas, evidenciando claramente as implicações de gênero no corpo da Ciência Moderna. A problemática de gênero é tão determinante na produção do conhecimento científico que estabelece lugares valorados hierarquicamente para as Ciências Naturais e Exatas e para as Ciências Humanas e Sociais. As primeiras, denominadas de “duras”, são as consideradas objetivas e, portanto, mais próximas da “verdade” e da confiabilidade no uso do seu método universal, por isso são reconhecidas como superiores e são estas as ciências que os homens “naturalmente” se ocupam. As segundas, denominadas de “moles”, tratam dos feitos humanos desde a complexidade inerente ao indivíduo àquela da dinâmica social e são mais “adequadas” às mulheres, ficando na segunda categoria (SILVA, 2008, p. 135).

De modo geral, a sociedade enxerga o feminino como uma figura delicada, sensível e frágil, reduzindo-a a esse estigma. Como já comentado anteriormente, a ciência se estruturou com valores masculinos, o que desfavoreceu as mulheres e continua se perpetuando em ambientes acadêmicos e no mercado de trabalho. Antes elas eram privadas do saber e apesar dessa situação que foram expostas não permanecer com a mesma potência que em outros tempos, no século XXI continuam a sofrer abusos e inferiorização (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Mesmo que muitas mulheres ocupem lugares de prestígio dentro da área acadêmica e de pesquisa, continuam sendo a minoria. Como exemplo da

falta de reconhecimento dado à mulher, temos pioneira na ciência Marie Curie, nascida em 1867, uma época em que as mulheres não tinham espaço na vida acadêmica. Ela é conhecida como a “mãe da radiação” devido às suas contribuições de pesquisa nesse campo. Curie precisou resistir a toda exclusão sofrida apenas para obter ensino superior na Universidade Volante, que se localizava na Polônia e permitia a inscrição de mulheres. Ganhou dois prêmios Nobel, um em 1903 na categoria de física e outro em 1911, na categoria de química. O segundo se deu pela descoberta dos elementos Rádium e Polônio, não sem precisar bater de frente com a nomeação de seu marido ao Nobel. Além disso, também foi a primeira mulher a se tornar professora na Universidade de Sorbonne. Devido a Polônia ser um país que mantinha um regime de proibição da mulher à educação, teve que se mudar para a França. Sua história representa a luta e resistência de uma mulher contra as exigências da sociedade na época, onde era imposto como deveriam se comportar e quais espaços ocupar, excluindo-se o reconhecimento da sua participação na produção do conhecimento científico (ROCCELO, 2021).

Outro exemplo diz respeito às escritoras dos séculos XVII, XVIII e XIX, que precisavam adotar nomes masculinos ou pseudônimos para não receberem críticas e ganharem espaço no mundo literário, já que uma mulher não poderia ou não seria capaz de ter qualquer atividade intelectual. Como exemplo, temos a escritora francesa Amantine Dupin, que no início do século XIX adotou o nome de George Sand para as suas publicações sobre amor, política, diferenças de classe e críticas sociais. Sua principal pauta era a busca pela igualdade entre os sexos (DOTTI, 2004).

Observando por esse viés histórico, contrário ao natural, retira-se a ciência de um lugar neutro e coloca-a como uma prática que promove desigualdade e exclusão. Ademais, ainda hoje a questão de mérito continua sendo definido pela permanência masculina. Para as mulheres, por outro lado, prevalece o olhar cuidadoso: por exemplo, nos casos em que o filho ou a filha adoecem, costuma-se esperar que a mãe pare de trabalhar para estar em casa até que melhorem. Por um viés estereotipado, elas são as primeiras

a serem procuradas quando se pensa na responsabilidade do cuidado com os filhos (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Para finalizar esta seção é necessário frizar que embora se pretendesse, a ciência moderna não se fez nem neutra, nem objetiva. Ao contrário, se pautou em valores sociais e priorizou a voz de homens, principalmente brancos e eurocentrados; ou seja, evidencia-se a cultura europeia e sua valorização durante a escravatura e a colonização, o que coloca a branquitude como uma condição ideal para a aceitação social (KILOMBA, 2019), o que seguiremos discutindo na sequência.

### **3 E quanto à ciência no século XXI... O quanto avançamos?**

Chamamos Grada Kilomba (2019) para contribuir com a discussão, uma vez que a artista e psicanalista, estudiosa da epistemologia, traz à luz uma crítica à tradição epistemológica: se a epistemologia (do latim, “a ciência do conhecimento”) que se estrutura em nosso berço social é baseada em pressupostos ocidentais, brancos, masculinos, heteronormativos; como pensar a nossa realidade de povo colonizado sob essa única face do colonizador?

Kilomba (2019) relembra que durante o período colonial, os escravos eram submetidos a usar máscaras que os impediam de se alimentar do plantio das fazendas. Tais máscaras tinham como função “implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura” (KILOMBA, 2019, p. 33).

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente censurado (KILOMBA, 2019, p. 33).

Não à toa, a boca é o meio que utilizamos para nos expressar, reivindicar nossos direitos e compartilhar nosso conhecimento. Mas com o

racismo, se torna censura, forma nítida de opressão. Kilomba (2019) aborda a importância da escrita e sua relevância na história, quando a relaciona como um ato político. Diante da escrita da história de um, representa-se a todos os que são reprimidos, e suas histórias são contadas por outros.

Retomando a discussão anterior, desde as bruxas, verificamos que os pressupostos (subjetivos e não-neutros) da ciência moderna sempre priorizaram o calar das vozes femininas, tanto no campo científico quanto na vida cotidiana, e nessa lógica observamos também um recorte de raça, verificando diferenças entre a mulher branca e a mulher negra, a segunda incontestavelmente mais oprimida, silenciada e objetificada. Conforme Kilomba (2019) na esfera social a mulher negra é a que está em situação mais difícil, uma vez que nem é homem, nem é branca.

As mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997) que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres.” (MIRZA, 1997: 4). Nós no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de “raça” e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2019, p. 56).

Trazendo a discussão para o contexto brasileiro, desde os tempos da Colônia, em meados do século XVI, durante a sórdida escravidão, as mulheres foram obrigadas a sair de suas casas, dos seus países de origem para servir a “seus senhores”. A partir desse momento, já perdiam automaticamente sua individualidade e liberdade. Quando se usa o termo “servir” entende-se que essas mulheres, muitas vezes crianças, trabalhavam

nas fazendas, cuidavam da casa e dos filhos das senhoras, não tinham espaço para se opor, recebiam castigos quando determinavam ser merecidos e eram abusadas. Muitas engravidavam, mas não havia amparo ou reconhecimento (CLAUDE; ANDREPOULOS, 2007). Ainda, “obrigatoriamente tiveram que servir à exaustão como mão e corpo para toda e qualquer obra. Roubaram delas parte da liberdade e muitas vidas” (BRAZIL; SCHUMAHER, 2007, p. 23).

Claude e Andreopoulos (2007, p. 157) citam que “o preconceito e a ignorância promovem a desumanização da mulher e das minorias, um processo que estimula e apoia muitas formas de discriminação”. A discriminação sofrida pelas mulheres negras, tratadas como objetos, vindo desde a escravidão, fazia com que fossem usadas cruelmente para trabalhos pesados, somando-se aos abusos sexuais dos quais eram submetidas (CLAUDE; ANDREPOULOS, 2007).

Ao considerar isso, Kilomba (2019) nos aponta que é preciso descolonizar o conhecimento. Trazendo a discussão para a psicanálise, área em que atuamos, podemos apontar que o percurso de Freud sobre a histeria partem da contramão do pensamento hegemônico, que a apontava em um primeiro momento como possessão demoníaca, seja depois, como a entendeu a medicina do século XVIII, como fingimento, exagero, drama (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Primeiramente Charcot e depois Freud rompem com o descrédito dado à histeria enquanto quadro clínico legítimo. Eles o substituem por uma aposta – e é inevitável demarcar que é também com base nisso que toda ciência se produz: há primeiramente, e sempre, uma questão, uma dúvida, uma interrogação. Nesse sentido, Freud se apropriou de um pressuposto da ciência moderna e o subverteu a favor do sujeito (DIDI-HUBERMAN, 2015).

Para Silva (2011), a ciência e sua produção de verdades seriam detentoras do saber, mas quando Freud questiona o pensamento tradicional como produtor de verdades, o que nos revela é que não é possível ter certeza alguma sobre o que achamos que conhecemos, uma vez que a maioria de nossas produções, ações, discursos, são mais inconscientes do que o conscientes (SILVA, 2011).

Afinal, é com a dúvida acerca do sintoma, e devemos dizer, sobre o seu próprio sintoma, que o sujeito produz discurso e com isso faz ao mesmo tempo um caminho que parte do discurso da ciência – a dúvida – e avança necessariamente contra ela – ao abandonar o universal para ressaltar com o sintoma a singularidade. Assim, é no inconsciente que o sujeito se apresenta. Pouco mais de um século após a fundação da psicanálise verificamos que para pensa-la enquanto campo de saber é necessário fazer um contramovimento, no sentido de resgatar discursos que por séculos tiveram como único destino a margem.

Como nos diz Kilomba (2019), o lugar da margem é o lugar daquele que não pode estar no centro e que quando está no centro é convidado a se retirar. Na psicanálise, por outro lado, andamos na contramão dessa prática. Ao dar vozes às mulheres (históricas) e a partir do discurso delas produzir seu próprio discurso, a psicanálise evidencia o que está na margem, mas a convida a costurar-se ao centro. Deste modo o centro borda e faz borda com a sua própria margem, afinal, como Lacan (1969-70/1992) nos ensinou, a psicanálise resgata o sujeito em toda sua singularidade para produzir o saber – ou saberes – e nela todas as vozes podem ser incluídas.

Desta forma, não podemos deixar de considerar que há avanços, mesmo que eles precisem ser evidenciados e reforçados cotidianamente, e a psicanálise é só um desses exemplos. Para esse avanço continuar acontecendo, e ser reconhecido, é preciso conceber novas formas de dar voz às mulheres. Conforme Santos, Figueiredo e Hage (2019, p. 9):

A respeito do aumento da participação feminina na ciência, aponta-se que ainda é necessário avançar para que o reconhecimento das mulheres cientistas se perpetue, abandonando as raízes históricas, culturais e sociais já citadas. Para isso, precisa-se que se tenha o cuidado para não reproduzir e reafirmar o silenciamento do conhecimento produzido por mulheres.

Esse ponto não era questionado, mas começa a ganhar atenção quando a voz dessas mulheres, caladas por séculos, soa tão alto que é ouvida. Esse avanço, por mais lento que tenha sido, não ocorreu de forma natural, como

vimos. Houve muita luta e resistência e se as relações sociais são construídas, então elas também podem ser modificadas. Para tal, é necessário rompermos com a lógica binária e perversa de preconceito com relação ao gênero e questionar o modo como histórica e culturalmente as relações se constituem (SILVA; RIBEIRO, 2014).

Quando levamos em consideração que trazer as mulheres para a ciência pode requerer e/ou resultar em mudanças nas teorias e práticas da ciência, devemos nos lembrar que as disciplinas acadêmicas modernas são maneiras arbitrárias de compartimentar conhecimento. Elas são históricas, não são naturais. As disciplinas desenvolveram-se nos últimos duzentos anos, ao longo dos quais as mulheres e minorias sub-representadas foram rigorosamente excluídas da academia. Precisamos estar abertos à possibilidade de que o conhecimento humano – aquilo que conhecemos, valorizamos e consideramos importante – pode mudar drasticamente quando as mulheres se tornarem participantes plenas na sua produção (SCHIEBINGER, 2008, p. 272).

## Referências

CLAUDE, Richard P.; ANDREOPOULOS, George. (Org.). *Educação em direitos humanos para o século XXI*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2007.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista a ciência. *Revista Estudos Feministas*, São Leopoldo, v. 16, n. 1, pp. 207-230, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?lang=pt>> Acesso em: 16 jan. 2022.

BORIS, Georges; CESÍDIO, Mirella. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 2, v. 7, pp. 451-478, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012)> Acesso em: 16 jan. 2022.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

DOTTI, René. *A histórica Resistência Feminina*. Republicado da Gazeta do Povo. s./d. Disponível em: <<https://dotti.adv.br/a-historica-resistencia-feminina/>> Acesso em: 16 jan. 2022.

EHREINREICH, Barbara ; ENGLISH, Deirdre. *Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma história das curandeiras*. The Feminist Press, 1984.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a Bruxa*. 1. Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

GEVEHR, Daniel; SOUZA, Vera. As mulheres e a Igreja na Idade Média. *Revista Acadêmica Licencia&acturas*, Ivoti, n.1, v. 2, p.113-121, 2014. Disponível em: <<http://ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/viewFile/38/34>> Acesso em: 16 jan. 2022.

HENTZ, José. *A origem de todas as coisas: uma questão para a Ciência e para a Religião*. (Monografia de Especialização) Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em História da Ciência - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS: 2013. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2704/1/HENTZ.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2022.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 17 – o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969-1970/1992.

LUZ, Madel. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade moderna*. Rio de Janeiro, Fiocruz: Edições Livres, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro. Ed Cobogó, 2008/2019.

MELLO, Elizabeth Cotta. *Dando à luz ao tempo e ao espaço: Entendendo o processo de Criação do Universo nos Mitos e a Criatividade na Psicologia*. Prática Junguiana. 1991. Disponível em: <[www.praticajunguiana.com](http://www.praticajunguiana.com)> Acesso em: 16 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Ed 21°. Editora Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Monique. *Caça às bruxas, a história do presente: uma abordagem sobre o controle do corpo feminino*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG: 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/MONIQUE-BATISTA-DO-NASCIMENTO.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, Raquel; FIGUEIREDO, Hellen; HAGE, Maria. Mulheres e produção do conhecimento científico: uma reflexão necessária. *Anais... VI Congresso Nacional de Educação - CONEDU*, 24 de outubro de 2019, Universidade do Estado do Pará, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61165>> Acesso em: 16 jan. 2022.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., pp. 269-281, 2008.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROCCELO, Mariane. Radioactive e a ciência de Marie Curie: da máquina de Raio-X à bomba atômica. *EstudarFora.Org*, 2021. Disponível em: <<https://www.estudarfora.org.br/filme-marie-curie-radioactive/>> Acesso em: 16 jan. 2022.

Recebido em outubro de 2022.  
Aprovado em dezembro de 2022.